



Centro Universitário de Brasília
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
Curso de Direito
Monografia

OS CRITÉRIOS DE RECONHECIMENTO DA FAMÍLIA PARALELA E A DESJURIDICIZAÇÃO DA FIDELIDADE

LORRANE SILVA FONSECA

Brasília
2016

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Ciências Sociais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Professor Danilo Porfírio de Castro Vieira

Aluna: Lorrane Silva Fonseca

RA: 21174778

Brasília
2016

LORRANE SILVA FONSECA

**OS CRITÉRIOS DE RECONHECIMENTO DA FAMÍLIA PARALELA E A
DESJURIDICIZAÇÃO DA FIDELIDADE.**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de Bacharelado em Direito
pela Faculdade de Ciências Jurídicas e
Ciências Sociais do Centro Universitário de
Brasília – UniCEUB.

Orientador: Professor Danilo Porfírio de
Castro Vieira

Brasília, 13 de abril de 2016.

Banca Examinadora

Danilo Porfírio de Castro Vieira
Orientador

Prof. (a) Examinador(a)

Prof. (a) Examinador(a)

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada.

Não poderia deixar de agradecer ao meu pai, (Waldemiro da Fonseca Filho) por me auxiliar nesta caminhada, em que sempre me apoiou na medida do possível e dentro das suas condições financeiras, bem como me forneceu a assistência necessária para que eu pudesse realizar esse sonho. Em especial a minha querida e amada avó (Terezinha Aparecida) falecida em 2015, por tudo que me ensinou, ela não teve a oportunidade de presenciar a concretização desta conquista, mas tenho certeza que ajudou, apoiou e torce de onde ela está, para que alcance e tenha sucesso nesta nova jornada.

A essa pessoa que me faz tão bem, minha irmã (Lawana Silva Fonseca) que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldades, preocupando-se até com os problemas pessoais pelos quais passei durante esse período de construção do TCC. Obrigado por contribuir com tantos ensinamentos, conhecimentos, palavras de força e ajuda. Espero um dia chegar ao seu nível.

A minha mãe (Marcia Rodrigues Silva) por todo amor, carinho e confiança que sempre me deu durante toda a minha jornada.

Agradeço também aos meus queridos amigos e colegas que conheci durante esta caminhada e que sempre estiveram ao meu lado participando das minhas tristezas, angustias e ansiedades nos momentos mais delicados e pelas risadas nos momentos felizes.

E por fim, agradeço ao meu orientador (Danilo Porfírio), pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

"Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos..." (PESSOA, 1976, p. 26).

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo analisar os critérios de definição da família paralela, ingressando em um possível reconhecimento no âmbito familiar e no atual ordenamento jurídico brasileiro. Devido às transformações ocorridas na seara de família, serão inicialmente mencionadas as mudanças e a nova conceituação de família no Brasil. Dessa forma, será abordado no primeiro capítulo a evolução familiar, os novos modelos que surgiram nessas mudanças e os princípios que protegem os núcleos familiares. Após referida análise, o segundo capítulo aprofundará no escopo do tema, passando pelo conceito de casamento, união estável e seus deveres legais; em especial o papel da fidelidade e da lealdade. Assim, serão demonstradas as divergências doutrinárias acerca do conceito de lealdade e fidelidade, bem como, os motivos de reconhecimento da união estável putativa e sua distinção com o poliamor e a poligamia. De resto, será demonstrada a omissão do legislador frente a problemática referente às uniões simultâneas, e, por fim, os recentes entendimentos dos doutrinadores e Tribunais sobre o tema em pauta.

Palavras-Chaves: Família Paralela, fidelidade, lealdade, união estável putativa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 DO PLURALISMO FAMILIAR E A AFETIVIDADE	11
1.1 CONCEITO ATUAL DE FAMÍLIA	11
1.2 AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO ÂMBITO FAMILIAR CONFORME A VIGÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	12
1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PLURALISMO FAMILIAR	14
1.4 PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM O DIREITO DA FAMÍLIA.....	20
1.4.1 Princípio da dignidade humana	20
1.4.2 Princípio da liberdade	21
1.4.3 Princípio da igualdade	21
1.4.4 Princípio da afetividade	22
1.4.5 Princípio da solidariedade familiar	23
1.4.6 Princípio do pluralismo das entidades familiares	24
2 A MONOGAMIA NA RELAÇÃO FAMILIAR.....	25
2.1 DEFINIÇÃO DE MONOGAMIA E SUA REPERCUSSÃO NO DIREITO DA FAMÍLIA	25
2.2 O CASAMENTO E A UNIÃO ESTÁVEL.....	27
2.2.1 O casamento	27
2.2.2 A união estável	29
2.2.3 Fidelidade e lealdade	33
2.3 A UNIÃO ESTÁVEL PUTATIVA E SUA DISTINÇÃO COM O POLIAMOR E A POLIGAMIA	35
2.3.1 União estável putativa	35
2.3.2 A poligamia	37
2.3.3 O poliamor.....	38
3 POSICIONAMENTOS JURISDICIONAIS SOBRE O RECONHECIMENTO DA FAMÍLIA PARALELA E SEUS FUNDAMENTOS	41
3.1 FAMÍLIA PARALELA E POSICIONAMENTOS DOUTRINÁRIOS E JURISPRUDENCIAIS A RESPEITO DESSA CONCEPÇÃO FAMILIAR.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	52

INTRODUÇÃO

No transcorrer do processo evolutivo social, observa-se que sempre será inovada a concepção de família na sociedade, principalmente em relação aos seus valores e princípios. Conforme essas transformações ocorrem, o legislador, para acompanhar as mutações referentes às entidades familiares e não deixar essa nova geração em desvantagem, inovou a maneira de assimilar tais mudanças, criando novos princípios e regras para amparar e resguardar a família brasileira. Antes da vigência da Carta Magna até os dias atuais, observam-se consideráveis mudanças na legislação.

Contudo, embora a tentativa de acompanhar as variações na sociedade, a realidade prevista pelo ponto de vista jurídico é bem diferente da traduzida no meio social. Assim, em virtude do descompasso entre a vontade dos indivíduos e a do legislador, existirão situações em que não haverá nem reconhecimento e muito menos uma proteção jurídica específica. Dessa maneira, a pretensão desta pesquisa é averiguar qual a hipótese de reconhecimento no que tange às famílias paralelas, haja vista que a suposta entidade familiar não apresenta legislação inerente.

O presente trabalho tem por objetivo examinar a situação jurídica que engloba o reconhecimento das famílias paralelas, que, atualmente, ocupam posição de destaque no espectro jurídico nacional. Diante disso, serão examinadas no decorrer da pesquisa as situações relativas às transformações no âmbito familiar.

É necessário destacar que o intuito da pesquisa abarca os critérios que definem a união paralela e a omissão do legislador sobre essa simultaneidade familiar. No mesmo sentido buscou-se destacar a importância dos princípios constitucionais que amparam todos os indivíduos. Abrange, ainda, a apreciação referente à expectativa do reconhecimento das uniões simultâneas, tendo em vista as decisões jurisdicionais favoráveis dos Tribunais, igualmente procurando alternativas para essa problemática com a finalidade de assegurar estabilidade jurídica na forma de solucionar as discórdias que atingem as uniões simultâneas.

Considerando que os Tribunais possuem entendimentos divergentes sobre o tema, principalmente no reconhecimento de determinados direitos que constituem as uniões paralelas, justifica-se a presente pesquisa, tendo em vista a relevância de questões diversas, tais como pedidos de reconhecimento da família simultânea e respectivo amparo legal.

Na doutrina e jurisprudência, a controvérsia envolve inúmeras questões. Algumas decisões são fundamentadas na monogamia como um princípio e no dever intrínseco da fidelidade nas uniões estáveis, defendendo, assim, a impossibilidade do reconhecimento das uniões simultâneas. Já em outra vertente, sendo considerado como entendimento majoritário, existem posicionamentos que defendem o reconhecimento da união estável putativa, ou seja, sendo verificada a boa-fé e, em decorrência do princípio da dignidade humana, a parte enganada deve obter direitos na esfera jurídica e sua relação ter a mesma natureza da união estável. Ou, ainda, como minoria, correntes mais liberais que consideram como entidades familiares qualquer tipo de união presente, devendo o Estado reconhecer e garantir os direitos das uniões simultâneas.

Nesse sentido, conforme posicionamento majoritário, será elaborada análise crítica da união estável putativa sob a ótica dos preceitos constitucionais, considerando, sobretudo, a boa-fé da parte enganada. Além disso, será avaliada a questão da fidelidade na união estável e a discussão acerca do papel da monogamia no cenário familiar.

Preambularmente, será abordado no primeiro capítulo as sucessivas transformações no Direito da Família e a definição atual de seu conceito, relatando também as quebras de paradigmas enfrentados pela antiga sociedade patriarcal, levando-se em consideração a relevância da afetividade nos dias hodiernos. No mesmo sentido, serão abordadas as novas concepções familiares e respectivos modelos, sendo certo que a Constituição Federal de 1988 reconhece parte de tais modelos.

Neste trabalho, em análise sucinta, também se discorrerá acerca dos princípios que regem e amparam o núcleo familiar, considerando a sua importância no Direito da Família.

Por sua vez, o segundo capítulo, inicialmente, analisará a relevância da monogamia na sociedade brasileira, demonstrando seus reflexos jurídicos. Após essa análise, serão abordadas as definições referentes ao casamento, bem como seus respectivos efeitos legais. Logo depois, conceitua-se união estável, relatando os requisitos essenciais para ser consolidada essa união, sendo estes, a estabilidade, a continuidade, a publicidade e o objetivo de constituição de família. Além disso, no tocante da pertinência temática, desenvolverá a respeito da união estável putativa e sua distinção com o poliamor e poligamia.

Por fim, o terceiro capítulo, que refere-se aos posicionamentos jurisdicionais sobre o

reconhecimento da família paralela e seus fundamentos, a partir da compreensão das correntes que abordam o assunto em questão e as decisões favoráveis e desfavoráveis em prol do reconhecimento das uniões paralelas.

1 DO PLURALISMO FAMILIAR E A AFETIVIDADE

Este capítulo abordará o conceito de família nos dias atuais e o motivo que trouxe a extensão dessa definição. Será feita também breve análise das modalidades no âmbito familiar e os seus reflexos causados no Direito e na sociedade brasileira.

Os novos modelos familiares é uma questão que vem gerando debates polêmicos, continuamente, necessitando cada vez mais de reconhecimento, para, assim, solucionar problemas e obter amparo legal. Nesse contexto, é imprescindível fazer uma exposição dos fatores que contribuíram para a formação dessa nova definição de família e as diferentes abordagens que o Brasil teve perante essas mudanças.

1.1 CONCEITO ATUAL DE FAMÍLIA

É cediço que a definição de família vem se transformando a cada dia, estando em incessante construção e acompanhando as mudanças na sociedade. O atual conceito é consequência da renovação dos modelos familiares já existentes, isso por conta da multiplicidade, dinâmica e sofisticação da evolução social. Desse modo, a pluralidade de fatores que engloba o novo conceito de família não concebe a fixação de modelo familiar uniforme, tornando-se imperioso compreender suas necessidades pertinentes a cada tempo.

Diante disso, a composição de família que era uma norma a qual o indivíduo seguia e que se autenticava sozinha passou a ser símbolo de uma entidade em que a pessoa expressa sua identidade, enaltecendo os laços de afeto.

A propósito, segundo entendimento de Maria Helena Diniz, família, no sentido mais amplo, seria:

A ligação dos indivíduos consolidada através de laços consanguíneos ou do afeto. Já a acepção *lato sensu* do vocábulo refere-se aquela formada “além dos cônjuges ou companheiros, e de seus filhos, abrange os parentes da linha reta ou colateral, bem como os afins (os parentes do outro cônjuge ou companheiro)”¹. Por fim, o sentido restrito restringe a família à comunidade formada pelos pais (matrimônio ou união estável) e a da filiação.”

Atualmente, o conceito de entidade familiar compreende a propagação da personalidade dos indivíduos e, por conseguinte, abarca uma nova posição, agora construída

¹ DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito de Família*. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 5. p. 9.

na ética, solidariedade e afetividade.

Nesse sentido, Gustavo Tepedino expõe o seguinte entendimento:

As relações de família, formais ou informais, indígenas ou exóticas, ontem como hoje, por muito complexas que se apresentem, nutrem-se todas elas, de substâncias triviais e ilimitadamente disponíveis a quem delas queira tomar: afeto, perdão, solidariedade, paciência, devotamento, transigência, enfim, tudo aquilo que, de um modo ou de outro, possa ser reconduzido a arte e a virtude do viver em comum. A teoria e a prática das instituições de família dependem, em última análise, de nossa competência de dar e receber amor.²

Com base na narrativa apresentada, observa-se que a nova definição de família deve ser compreendida como um conjunto social baseado essencialmente em vínculos de afeto.

Rodrigo da Cunha Pereira, por sua vez, diante da nova conceituação de família, menciona: “A partir do momento em que a família deixou de ser um núcleo econômico e de reprodução, para ser o espaço do afeto e do amor, surgiram novas e várias representações sociais para ela”.³

Conforme salientado, o afeto passou a ser o principal norteador para definir o que é família, além disso, referido sentimento é o parâmetro inicial que estabelece um laço entre os indivíduos.

1.2 AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO ÂMBITO FAMILIAR CONFORME A VIGÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

As modificações no âmbito familiar introduziram sucessivas transformações legislativas, sobretudo com a vigência da Constituição Federal de 1988, em decorrência das modificações verificadas nas bases sociais, políticas e econômicas da sociedade brasileira.⁴

Diante disso, os conceitos de pluralismo, dignidade humana, justiça social e liberdade firmaram a legitimação familiar, com base, principalmente, no vínculo afetivo, ou seja, a partir desse novo paradigma, o conceito de família está mais voltado para o interesse do

² TEPENDINO, Gustavo. *Temas de Direito Civil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 372.

³ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Direito de Família e o novo Código Civil*. Belo Horizonte: Del Rey/IBDFAM, 2002. p. 226-227.

⁴ DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2015. p. 32.

indivíduo do que no formalismo legal, nascendo, por conseguinte, a chamada família eudemonista.⁵

Diante dessa nova denominação, Maria Berenice Dias tem o seguinte entendimento:

O eudemonismo é a doutrina que enfatiza o sentido da busca pelo sujeito de sua felicidade. A absorção do princípio eudemonista pelo ordenamento altera o sentido da proteção jurídica da família, deslocando-o da instituição para o sujeito, como se infere da primeira parte do § 8º do art. 226 da CF: o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram.⁶

No momento em que a Constituição de 1988 entrou em vigor foi provocada uma progressão no âmbito do direito familiar, estendendo de forma considerável a definição de família e amparando entidades familiares que antes não eram reconhecidas pelo direito brasileiro. Observa-se que, na redação dessa Constituição, a família matrimonial não configurou como único núcleo familiar, dando, assim, um novo espaço para adentrar os novos arranjos familiares.

Nessa perspectiva, nota-se que, com a mudança nos ideais familiares, a família moderna tem manifestado um considerável aspecto predominante, o vínculo afetivo se sobrepôs diante dos elementos que antes eram considerados primordiais. O instituto da família passou a priorizar a felicidade do indivíduo, conforme a ideia originária do princípio eudemonista.⁷

Ainda que os civilistas tenham a propensão de proteger apenas os modelos familiares especificados no texto do art. 226 da Constituição Federal de 1988, que expressa os tipos aceitos como entidades familiares, tais como família matrimonial, família monoparental e união estável⁸, diversos doutrinadores têm mencionado outros modelos familiares frente às alterações constantes na sociedade.

Compreende-se, dessa forma, que a necessidade de se procurar a felicidade gera consequências e inovações na sociedade, criando novos arranjos para os modelos familiares e também aduzindo o reconhecimento de famílias não positivadas perante o Direito, como as

⁵ DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2015. p. p. 143.

⁶ Idem, ibidem, p.144.

⁷ Idem, ibidem.

⁸ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

famílias simultâneas.

1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PLURALISMO FAMILIAR

A partir da vigência da Constituição de 1988, a base familiar obteve novos contornos⁹. Nas sistematizações das antigas Constituições era apenas reconhecida como entidade familiar a formalização da união por meio do casamento, ou seja, o único modelo a ter proteção do Estado. Em razão disso, outras formas de vínculos afetivos não eram consideradas modelos familiares e se tornavam invisíveis perante a sociedade e o Direito.¹⁰

Desde que a união matrimonial deixou de ser o único modelo familiar, diferentes tipos de família foram aparecendo e buscando reconhecimento legal. Reforçando essa nova vertente, Maria Berenice Dias assevera que o pluralismo das entidades familiares foi criado para afrontar o Estado e efetivar o reconhecimento das múltiplas formas de constituir uma família.

Tais as circunstâncias, o pluralismo familiar corresponde à variedade de teses de formações familiares, dando ao homem o poder de escolha e desagregando o papel do casamento como única forma de construir uma base sólida familiar.

Frise-se que o processo de reconhecimento dos novos arranjos familiares não está sendo sucedido da melhor forma, além da dificuldade para quebrar paradigmas sociais, o tempo para o reconhecimento e a efetivação dos direitos dessas novas modalidades é maior, devido às suas peculiaridades.

Acerca disso, Rodrigo da Cunha Pereira, em sua abordagem psicanalítica, assinala:

O Estado não pôde mais controlar as formas de constituição das famílias, pois comporta várias espécies, como o casamento, as uniões estáveis e a comunidade dos pais e seus descendentes (art. 226 da CF). Essas e outras representações sociais da família exprimem a liberdade dos sujeitos de constituírem seu núcleo familiar da forma que melhor lhes convier, e deve sempre ser o espaço de sua liberdade.¹¹

⁹ DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2015. p. 49.

¹⁰ TANNURI, Claudia Aoun. *As Famílias Paralelas e a Teoria do Poliamor*. Disponível em: <<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/41/Documentos/ARTIGO%20POLIAMOR.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2015.

¹¹ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Direito de Família: uma abordagem psicanalítica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. p. 29-30.

Na mesma linha de pensamento acerca da multiplicidade familiar, Maria Berenice assinala que a nova estrutura familiar se constrói por meio do afeto, da diversidade e do eudemonismo, dando, assim, uma nova interpretação ao Direito estabelecido às famílias.¹²

Cumpre ressaltar que é de suma importância o Estado conduzir essa inovação de forma significativa, visto que a família é a base inicial para o indivíduo se integrar de fato na sociedade.

Nesse contexto, Ana Carla Harmatiuk Matos preceitua:

Deve o Direito Civil, cumprir seu verdadeiro papel: regular as relações relevantes das pessoas humanas – colocar o homem no centro das relações civilísticas. [...] Uma das conseqüências práticas de repersonalização vem a ser a nova concepção da família, espelhando a idéia básica da família eudemonista, ou seja, da família direcionada à realização dos indivíduos que a compõe.¹³

Dessa forma, constata-se que, em virtude do novo conceito de família e da admissão constitucional referente ao afeto, abre-se uma nova situação referente ao pluralismo familiar, sendo necessário um direcionamento jurídico para poder reconhecer e amparar essas novas modalidades familiares.

A) FAMÍLIA MONOPARENTAL

Constituída por apenas um dos progenitores, que, no caso, seria um pai ou uma mãe, são diversas as causas que proporcionam essa forma de constituir a família monoparental. Essa estrutura familiar, diferentemente das outras citadas no presente texto, não tem uma definição expressa no Código Civil usado atualmente pela sociedade brasileira. Para efetivar os direitos referentes ao modelo mencionado, é necessário aplicar as regras concernentes às uniões de parentesco no geral.

São diversos exemplos que podem ser citados para se referir à família monoparental, como a adoção feita por um único indivíduo, quando ocorre divórcio ou separação judicial, no caso de um dos companheiros morrer e o outro ficar viúvo, a famosa inseminação artificial, entre outros casos.

¹² DIAS, Maria Berenice, op. cit., p. 133.

¹³ MATOS, Ana Carla Harmatiuk. *As Famílias não Fundadas no Casamento e a Condição Feminina*. Rio de Janeiro: Reovar, 2000. p. 104-105.

Na Constituição Federal existe, de forma expressa, o reconhecimento desse modelo familiar, de acordo com o seguinte artigo: “Art. 226, § 4º - Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.”¹⁴

Em referência à família monoparental, Maria Berenice Dias alude:

A Constituição, ao esgarçar o conceito de família, elencou como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (CF 226 § 4.0). O enlaçamento dos vínculos familiares constituídos por um dos genitores com seus filhos, no âmbito da especial proteção do Estado, subtrai a conotação de natureza sexual do conceito de família. Tais entidades familiares receberam em sede doutrinária o nome de família monoparental, como forma de ressaltar a presença de somente um dos pais na titularidade do vínculo familiar.¹⁵

Os doutrinadores Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona, ressaltam que a família monoparental necessita de realce, devido à sua formação, foi amparada pela Constituição Federal de 1988 com definição formalizada no art. 226 § 4.¹⁶

A principal finalidade dessa entidade é subtrair a ideia de que família se constitui somente com a relação entre homem e mulher para assim procriarem, deixando de ser necessária a representação de um casal para assim definir uma família. Entretanto, a subtração dessa representação nem sempre se dá de forma voluntária.

B) FAMÍLIA PARENTAL

No que concerne à família parental, ou também conhecida como anaparental, está incluída no grupo das famílias que não foram expressas na Constituição Federal de 1988, mas é encontrada de forma variada na sociedade brasileira.

É definida como anaparental a relação duradoura entre parentes, sem o comparecimento dos pais. Sua formação é constituída, especialmente, pelo empenho dos partícipes para formalizar um vínculo afetivo, sendo dispensáveis relações sexuais. Os vínculos entre os parentes já não se mantêm mais apenas pela união biológica.

Rodrigo da Cunha Pereira, acerca da definição de família parental, aduz que:

¹⁴ BRASIL, op. cit.

¹⁵ DIAS, Maria Berenice, op. cit., p. 139.

¹⁶ STOLZE, Pablo; PAMPLONA, Rodolfo. *Novo Curso de Direito Civil*. Direito de Família: as famílias em perspectiva constitucional. São Paulo: Editora Saraiva, 2011. v. 6.

A família parental também se transformou. Os laços de parentesco já não se sustentam mais só pelo vínculo biológico. O direito já aprendeu, e a jurisprudência já vinha traduzindo, que a paternidade e a maternidade são funções exercidas – e isso fez surgir uma nova categoria: a parentalidade socioafetiva. Alguém que é criado como filho por um longo período é também filho legítimo, como são todos os filhos, independentemente de sua origem. Aliás, não há mais filhos ilegítimos.¹⁷

Desse modo, nota-se que com as transformações no âmbito jurídico acerca do instituto familiar houve uma inovação em relação à família parental, surgindo uma classe conhecida como parentalidade socioafetiva, que significa uma conexão de afeto entre os parentes que surge por meio do convívio contínuo.¹⁸

C) FAMÍLIA HOMOAFETIVA

A união homoafetiva é o vínculo formado por pessoas do mesmo gênero, que tem o afeto como seu principal norteador. O que difere essa definição da união estável são as escolhas sexuais de cada indivíduo.

Maria Berenice, diante da união homoafetiva, menciona:

Necessário é encarar a realidade sem discriminação, pois a homoafetividade não é doença nem uma opção livre. Assim, descabe estigmatizar a orientação homossexual de alguém, já que negar a realidade não soluciona as questões que emergem quando do rompimento dessas uniões. Não há como cancelar o enriquecimento injustificado e deferir, por exemplo, no caso de morte do parceiro, a herança aos familiares, em detrimento de quem dedicou a vida ao companheiro, ajudou a amealhar patrimônio e se vê sozinho e sem nada.¹⁹

Dentre os novos modelos de família, a união homoafetiva vem sendo uma das mais debatidas na sociedade brasileira. A dificuldade de aceitação desse núcleo familiar impede o reconhecimento e o amparo que devem ser dados pelo Estado.

No dia 05 de maio de 2011, foi publicada uma decisão de grande repercussão por parte do Supremo Tribunal Federal (STF). A maioria absoluta dos ministros presentes na data

¹⁷ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Estatuto da Família legítima novas formações familiares*. 2007. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2007-nov-22/estatuto_familia_legitima_novas_formacoes_familiares>. Acesso em: 06 out. 2015.

¹⁸ SANCHES, Salua Scholz. *Filiação socioafetiva: conceito, jurisprudência e previsão legal*. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/31489/filiacao-socioafetiva>>. Acesso em: 06 out. 2015.

¹⁹ DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 46.

citada votaram pelo reconhecimento da união homoafetiva, afirmando a igualdade de tratamento que deve ser dada para essa união, sem discriminação de gênero, passando os casais homossexuais a possuírem os mesmos direitos que os casais heterossexuais.

De acordo com a decisão proferida pelo ministro Ayres Britto, que foi o relator das ações sobre esse tema (ADI 4277 e ADPF 132)²⁰, “da mesma maneira a Constituição de 1988 impede a discriminação de gênero entre os indivíduos, o faz devido à preferência sexual.”²¹

O STF, ao proferir sua decisão, teve como base os princípios que estão expressos em nossa Constituição, que são: princípio da dignidade humana e da igualdade e o princípio que proíbe a discriminação de gênero, reconhecendo, assim, que o principal fator dessas novas modalidades de família é a felicidade que vem por meio do afeto.²²

D) FAMÍLIA MATRIMONIAL

A definição da família matrimonial é uma das mais aceitas perante a sociedade, é o vínculo de afeto formado por meio da união entre homem e mulher, consolidado pelo registro civil e pelo casamento religioso.²³

Com a vigência do novo Código Civil ocorreram inovações nas formalidades exigidas para confirmar o casamento, e também para a separação dessa união, caso seja necessária. Foram igualados o tratamento e os direitos dos distintos gêneros, fazendo com que a satisfação do indivíduo fosse realizada sem tanta intervenção do Estado nas suas escolhas pessoais.

Referente às mudanças no Código Civil de 2002 em relação ao casamento, Maria Berenice alude:

Apesar das mudanças, são enormes as exigências à celebração do casamento, de pouco ou quase nada valendo a vontade dos nubentes. Cláusulas, condições, regras e até algumas posturas são prévia e unilateralmente estabelecidas por lei. Os direitos e deveres são impostos

²⁰ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL/STF. *Supremo reconhece união homoafetiva*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931>>. Acesso em: 22 maio 2015.

²¹ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL/STF. *Supremo reconhece união homoafetiva*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931>>. Acesso em: 22 maio 2015.

²² NICODEMOS, Erika. *Direito de família contemporâneo: conceito de família e nova filiação*. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/26392/direito-de-familia-contemporaneo>>. Acesso em: 23 maio 2015.

²³ DIAS, Maria Berenice, op. cit., p. 134.

para vigorarem durante sua vigência e até depois de sua dissolução, pelo divórcio e até pela morte. Até se poderia chamar o casamento de verdadeiro contrato de adesão. [...] Os noivos podem, no máximo, mediante pacto antenupcial, eleger o regime de bens a vigorar quando da dissolução do casamento.²⁴

Assim, nota-se que, embora o vigente Código Civil de 2002 tenha feito várias modificações em relação à família matrimonial, as imposições que são determinadas para efetivar um casamento civil são de extrema rigidez e burocracia.

E) FAMÍLIA PARALELA

A família paralela existe quando um dos partícipes da relação familiar decide viver de forma simultânea com duas famílias, ou seja, quando um dos membros decide manter dupla vida afetiva.²⁵

Trata-se de uma realidade presente, contudo, pouco aceita, devido ao preconceito da sociedade no tocante ao concubinato, que, mesmo existindo há séculos, grande parte da população insiste em desconhecer essa entidade familiar.²⁶

A família paralela é composta por uma pessoa que decidiu conviver simultaneamente como membro de duas ou mais entidades familiares distintas. Conhecida também como família simultânea, o arranjo familiar paralelo e os novos modelos familiares buscam a ratificação jurídica dos seus direitos, necessitando quebrar paradigmas antigos sobre o conceito de família e superar os obstáculos e discriminações que surgem constantemente.

Diante da modalidade familiar plúrima, Maria Berenice afirma:

A determinação legal que impõe o dever de fidelidade no casamento, e o dever de lealdade na união estável, não consegue sobrepor-se a uma realidade histórica, fruto de uma sociedade patriarcal e muito machista. Mesmo sendo casados ou tendo uma companheira, homens partem em busca de novas emoções sem abrir mão dos vínculos familiares que já possuem. Dispõem de habilidade para se desdobrar em dois relacionamentos simultâneos: dividem-se entre duas casas, mantêm duas mulheres e têm filhos com ambas. É o que se chama de famílias paralelas. Quer se trate de um casamento e uma união estável, quer duas ou até mais uniões estáveis.²⁷

²⁴ DIAS, Maria Berenice, op. cit., p. 136.

²⁵ Idem, p. 138.

²⁶ STOLZE, Pablo. *Direitos da(o) amante*. Na teoria e na prática (dos tribunais). 2008. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/11500/direitos-da-o-amante>>. Acesso em: 15 out. 2015.

²⁷ DIAS, Maria Berenice, op. cit., p. 138.

Sobre o referido tema, Rodrigo da Cunha Pereira adverte:

Deixar de reconhecê-las não fará com que deixem de existir. Não se pode permitir que em nome da moral se ignore a ética, assim como que dogmas culturais e religiosos ocupem o lugar da Justiça até porque o Estado brasileiro é laico, segundo a Constituição Federal.²⁸

Apesar da dificuldade exposta acerca dos efeitos jurídicos dessa relação simultânea, o tribunal vem considerando como família paralela a relação recentemente nominada como união estável putativa, em que é necessária a comprovação da boa-fé da parte enganada.

1.4 PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM O DIREITO DA FAMÍLIA

O Direito da Família, por ser de grande importância para o ser humano como indivíduo e também para o desenvolvimento da sociedade, precisa de amparo cada vez, e uma das formas de efetivar e proteger o âmbito familiar é por meio de princípios, que são criados para garantir a eficácia da proteção legal.

Dessa forma, será feita breve análise dos princípios mais citados na jurisprudência e pelos doutrinadores que atuam na área do Direito da Família.

1.4.1 Princípio da dignidade humana

Atualmente, o princípio da dignidade humana é um dos mais debatidos e conhecidos no Brasil, está previsto em um dos mais citados artigos da Constituição Federal de 1988 (art. 5, inciso III), visa combater as injustiças sociais e dar maior liberdade ao ser humano como pessoa para poder ser respeitado e protegido, independentemente de suas escolhas.

Nesse sentido, o citado princípio busca o equilíbrio entre as famílias na sociedade, procurando harmonizar as relações e respeitar escolhas pessoais de cada ente familiar e garantindo o desenvolvimento de cada pessoa dentro de sua modalidade de família escolhida.

Nota-se que a dignidade humana é o começo para constituir uma base sólida para cada ser humano. Por meio dela, outros princípios são criados para melhorar e tornar mais eficazes os direitos que são regidos na Constituição atual.

²⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA/IBDFAM. *Decisão reconhece a família simultânea*. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/4995/novosite>>. Acesso em: 13 set. 2015.

As novas modalidades familiares, juntamente com o princípio da dignidade humana, exercem a efetivação de um novo conceito de família, servindo de exemplo para novos princípios serem criados e, assim, sensibilizando a sociedade a reconhecer as diferenças e as escolhas de cada indivíduo.

1.4.2 Princípio da liberdade

O princípio da liberdade é interligado com o princípio da igualdade, um precisa do outro para existir, na nossa sociedade e no mundo, o ser humano só obtém liberdade quando a igualdade prevalece.

O princípio da liberdade visa que cada um possa fazer sua determinada escolha, sem intervenção do Estado ou discriminação da sociedade.

Nessa linha de pensamento, o doutrinador Paulo Lôbo conceitua o princípio da liberdade da seguinte maneira:

O princípio da liberdade diz respeito ao livre poder de escolha ou autonomia de constituição, realização e extinção de entidade familiar, sem imposição ou restrições externas de parentes, da sociedade ou do legislador; à livre aquisição e administração do patrimônio familiar; ao livre planejamento familiar; à livre definição dos modelos educacionais, dos valores culturais e religiosos; à livre formação dos filhos, desde que respeitadas suas dignidades como pessoas humanas; à liberdade de agir, assentada no respeito à integridade física, mental e moral.²⁹

É notório que o princípio da liberdade é uma das principais bases do novo conceito de família. A autonomia do ser humano de fazer suas próprias escolhas, sem ter um modelo a seguir, é de suma importância nos dias atuais. Esse princípio está sendo um grande facilitador na quebra de conceitos antigos de família, ajudando a quebrar paradigmas.

1.4.3 Princípio da igualdade

A priori, esse princípio surgiu para acabar com as diferenças de tratamento que existiam e ainda existem, tanto entre homens e mulheres, como diferenças entre classes, culturas, etnias e religiões.

²⁹ LÔBO, Paulo. *Direito Civil: famílias*. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 46.

O princípio da igualdade, embora procure que todos tenham o mesmo tratamento não só perante a lei, mas também no dia a dia, busca amparar os diferentes, que, por serem diferentes, devem ter um tratamento específico, conseguindo, assim, equilibrar as relações e amenizar as injustiças sociais.³⁰

A atual Constituição Federal, especificamente no art. 227, parágrafo 6º, diz que “os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”³¹. É um exemplo de igualdade de tratamento entre os filhos, que, independentemente de idade, sexo, cor, mas sendo da mesma esfera familiar, devem ter o mesmo tratamento e os mesmos direitos.

Temos também como exemplo, no atual direito familiar, o tratamento adotado para os cônjuges. Ambos devem contribuir igualmente, tendo os mesmos direitos e deveres para construírem juntos uma sociedade conjugal.

Assim, o modelo patriarcal, que antes era o único e principal modelo familiar, vem sendo desconstruído pela sociedade, tirando a imagem do homem como o chefe de família, quebrando antigos paradigmas e construindo novas relações de igualdade e comum acordo entre os membros pertencentes a cada tipo de família.

1.4.4 Princípio da afetividade

Quando se refere ao princípio da afetividade no direito brasileiro, nota-se que muitos doutrinadores e jurisprudências vinculam os laços afetivos às emoções, aos sentimentos e ao amor que nasce nas relações familiares.

Quanto à noção referente à afetividade, Maria Berenice comenta:

Mesmo que a palavra afeto não esteja no texto constitucional, a Constituição enlaçou o afeto no âmbito de sua proteção. Calha um exemplo. Reconhecida a união estável como entidade familiar, merecedora da tutela jurídica, como

³⁰ STOLZE, Pablo; PAMPLONA, Rodolfo, op. cit., p. 79.

³¹ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Último acesso em: 09 abr. 2016.

ela se constitui sem o selo do casamento, isso significa que a afetividade, que une e enlaça duas pessoas, adquiriu reconhecimento e inserção no sistema jurídico.³²

A conceituação de afeto não pode ser confundida com a da afetividade. A definição do termo afeto está interligada com as emoções decorrentes das situações já vividas, é também considerado um fato psicológico. Já o conceito de afetividade, conforme o direito brasileiro, é autonomia da vontade nas relações familiares, ou seja, é a liberdade de constituir uma família e a sujeição obrigacional aos seus efeitos.³³

O afeto, apesar de não ser explícito na Constituição brasileira, vem sendo o principal norteador para definir o que é família³⁴. Além de ser o primeiro motivo pelo qual se inicia um laço entre os indivíduos, liga vários princípios e ajuda no reconhecimento das novas modalidades familiares.

O princípio da afetividade, nos dias atuais, tem relevante valor jurídico, sendo muito utilizado na efetivação dos direitos das uniões homoafetivas e também no reconhecimento de novas modalidades familiares.

A efetivação desse princípio, atualmente, está mais relacionada à prática do que à teoria. O reconhecimento do afeto nos casos vistos perante a sociedade deve ser analisado individualmente, pois cada caso tem sua peculiaridade e a solução de um não pode servir totalmente de exemplo para todos os outros.

Dessa forma, observa-se que o princípio da afetividade visa amparar os direitos que são considerados fundamentais na Constituição Federal de 1988, ou seja, respeitar as escolhas do indivíduo e dar igual tratamento para este.

1.4.5 Princípio da solidariedade familiar

É de suma relevância para o Direito da Família o princípio da solidariedade, em razão da conduta de companheirismo e compromisso entre os membros da relação familiar,

³² DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2015. p.52

³³ VIEIRA, Danilo. *DEFINIÇÃO E NATUREZA JURÍDICA DO PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE*. Breves considerações. 2012. Disponível em: < <https://sites.google.com/a/criticadodireito.com.br/revista-critica-do-direito/todas-as-edicoes/numero-4-volume-63/danilo> >. Acesso em: 12 out. 2015.

³⁴ DIAS, Maria Berenice, op. cit., p. 52.

demonstrando, assim, a valoração do afeto. Observa-se, também, que a solidariedade tem uma ligação com a proteção, devido aos deveres referentes ao auxílio material e social de cada um dos integrantes familiares.

De acordo com a Constituição vigente, o princípio da solidariedade é uma imposição legal para toda sociedade, tendo como essência uma visão coletiva e justa, para assim tirar o foco dos interesses individuais.

Em se tratando de solidariedade no Direito da Família, compreende-se que devem ser iguais os direitos e deveres impostos para os parceiros da relação familiar, em destaque, o auxílio e a cumplicidade dos membros. A autora Maria Berenice Dias destaca “que inicialmente o dever de amparar crianças e adolescentes é da família, devido o princípio da solidariedade”.³⁵

Somente com a promulgação da atual Carta Magna que foi conduzido o dever da solidariedade como princípio constitucional.

1.4.6 Princípio do pluralismo das entidades familiares

Constituir uma família, nos dias de hoje, está ligado à autonomia das partes de escolherem com quem querem ficar e como querem conduzir esse tipo de vínculo, levando, assim, a uma maior liberdade para originar um arranjo familiar. Dessa forma, devido às novas formas de conduzir o núcleo da família, surgem novos modelos familiares, necessitando de reconhecimento para obter proteção do Estado.³⁶

Por meio desse princípio, muitos direitos foram adquiridos, principalmente em relação ao reconhecimento de casais homossexuais e seus direitos legais em relação à adoção e a outros fatores de extrema importância no âmbito familiar e no desenvolvimento do indivíduo na vida social.

Ter a chancela do Estado acerca das novas modalidades familiares faz com que sejam quebrados paradigmas do passado e que seja enaltecido o verdadeiro valor da família para o indivíduo.

³⁵ DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2015. p. 49.

³⁶ Idem, ibidem.

2 A MONOGAMIA NA RELAÇÃO FAMILIAR

Este capítulo fará uma apreciação a respeito do papel da monogamia e sua influência no sistema jurídico brasileiro. Após análise mencionada, serão abordados, de forma sucinta, os conceitos pertinentes ao casamento e à união estável, adentrando nos seus deveres legais e reflexos jurídicos.

2.1 DEFINIÇÃO DE MONOGAMIA E SUA REPERCUSSÃO NO DIREITO DA FAMÍLIA

Considera-se, como definição de monogamia, uma ligação de afeto entre o indivíduo e apenas um único parceiro, advinda da fidelidade ou lealdade das partes, predominando, dessa forma, o arranjo essencial das uniões familiares no ordenamento jurídico brasileiro.

A monogamia, no Direito da Família, é classificada como uma regra preponderante para selar os laços de afeto no âmbito da sociedade brasileira. Assim, para que uma união entre os indivíduos seja reconhecida juridicamente, a monogamia deve prevalecer como elemento primordial.

Isso posto, Maria Berenice Dias tem o seguinte entendimento em relação ao tema:

Uma ressalva merece ser feita quanto à monogamia. Não se trata de um princípio do direito estatal de família, mas sim de uma regra restrita à proibição de múltiplas relações matrimonializadas, constituídas sob a chancela do Estado. Ainda que a lei recrimine de diversas formas quem descumpra o dever de fidelidade, não há como considerar a monogamia como princípio constitucional, até porque a Constituição não a contempla. Ao contrário, tanto tolera a traição que não permite que os filhos se sujeitem a qualquer discriminação, mesmo quando se trata de prole nascida de relações adulterinas ou incestuosas. O Estado tem interesse na manutenção da estrutura familiar, a ponto de proclamar que a família é a base da sociedade. Por isso, a monogamia é considerada função ordenadora da família.³⁷

Nessa mesma linha de pensamento, o doutrinador Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk entende que a monogamia perante a sociedade não é reconhecida como princípio e sim como uma regra que veta outros modelos familiares que não seguem essa ideologia, como, por exemplo, as famílias múltiplas.³⁸

Contudo, não obstante as percepções expostas, existe uma parte dos doutrinadores

³⁷ DIAS, Maria Berenice, op. cit., p. 42.

³⁸ RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. *Famílias Simultâneas: da Unidade Codificada à Pluralidade Constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. p. 221.

brasileiros que reconhecem a monogamia como um princípio, em especial, Rodrigo da Cunha Pereira, que alude em seus textos que a monogamia é considerada um princípio que orienta e coordena os vínculos familiares jurídicos.³⁹

De acordo com os fundamentos de Rodrigo da Cunha Pereira, a incorporação da monogamia no âmbito jurídico tem a incumbência de um “princípio jurídico ordenador” e é considerada como principal fator para determinar as uniões amorosas oriundas do afeto, tais como as conjugais e as amorosas.⁴⁰

Assim, no que concerne ao princípio da monogamia, o autor diz ainda que:

Quando falamos em monogamia estamos nos referindo a um modo de organização da família conjugal. O seu negativo, ou, o avesso deste princípio não significa necessariamente o horror de toda organização social, ou seja, a promiscuidade. Traição e infidelidade não significam necessariamente a quebra do sistema monogâmico. A caracterização do rompimento do princípio da monogamia não está nas relações extraconjugais, mas na relação extraconjugal, em que se estabelece uma família simultânea àquela já existente, seja ela paralela ao casamento, união estável ou a qualquer outro tipo de família conjugal.⁴¹

Em desacordo com esse entendimento, Maria Berenice discorre:

Pretender elevar a monogamia ao status de princípio constitucional leva a resultados desastrosos. Por exemplo, quando há simultaneidade de relações, simplesmente deixar de emprestar efeitos jurídicos a um – ou, pior, a ambos os relacionamentos –, sob o fundamento de que foi ferido o dogma da monogamia, acaba permitindo o enriquecimento ilícito exatamente do parceiro infiel. Resta ele com a totalidade do patrimônio e sem qualquer responsabilidade para com o outro. Essa solução, que ainda predomina na doutrina e é aceita pela jurisprudência, além de chegar a um resultado de absoluta afronta à ética, se afasta do dogma maior de respeito à dignidade da pessoa humana.⁴²

Destarte, verifica-se que, embora a monogamia não seja juridicamente considerada como um princípio constitucional, ela tem elevada importância nos assuntos relacionados ao

³⁹ INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA/IBDFAM. *Monogamia, desejo e famílias paralelas*. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/4989/novosite>>. Acesso em: 24 out. 2015.

⁴⁰ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Princípios Fundamentais Norteadores do Direito de Família*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 127.

⁴¹ Ibidem, p. 128.

⁴² DIAS, Maria Berenice, op. cit., p. 43.

Direito da Família, trazendo, assim, divergentes considerações acerca de sua função perante o ordenamento jurídico brasileiro.

2.2 O CASAMENTO E A UNIÃO ESTÁVEL

2.2.1 O casamento

O casamento, no cenário brasileiro, passou por diversas transformações. Durante um longo período na sociedade, só era estabelecido o casamento religioso. Assim, os demais relacionamentos não eram considerados monogâmicos. Somente no ano de 1981 que foi criado o casamento civil.⁴³

Considera-se, como casamento civil, a união oficializada no Cartório de Registro Civil, diante da presença do juiz e de testemunhas com capacidade jurídica para tal postulação⁴⁴. Conforme consta no art. 226 § 1º da atual Carta Magna, o procedimento necessário para formalização desse casamento é concedido de forma gratuita pelo Estado.

Nessa vertente, os efeitos civis prestados ao casamento civil são também aplicados ao casamento religioso, se este atender às exigências impostas nos artigos 1.515 e 1516 do Código Civil de 2002. Assim, como consta no art. 226 § 2º, a formalização do casamento com fim religioso tem consequência civil de acordo com a lei.

Maria Berenice, acerca do instituto do casamento, aduz:

Quando da edição do Código Civil de 1916, havia um único modo de constituição de família: pelo casamento. A família tinha viés patriarcal, e as regras legais refletiam essa realidade. Somente era reconhecida a família ungida pelos sagrados laços do matrimônio. Não havia outra modalidade de convívio aceitável.⁴⁵

Constata-se, dessa forma, que por um longo período o instituto do casamento foi considerado um modelo único de família. Embora não exista na lei uma concepção expressamente definida sobre o casamento, é exposto no art. 1.151 do Código Civil vigente seu verdadeiro intuito, que menciona a seguinte proposta: “O casamento estabelece comunhão

⁴³ DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2015. p. 145.

⁴⁴ Ibidem, p. 150.

⁴⁵ DIAS, Maria Berenice, op. cit., p. 145.

de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges.”⁴⁶

Salienta-se que o casamento é um modelo familiar de extrema importância para a vida na sociedade brasileira, tanto no passado quanto nos dias atuais, sendo relevante, portanto, a ponderação acerca dos seus critérios de definição.

De acordo com os ensinamentos de Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona, a definição de casamento pode ser entendida da seguinte forma: “Um contrato especial de Direito de Família, por meio do qual os cônjuges formam uma comunidade de afeto e existência, mediante a instituição de direitos e deveres, recíprocos e em face dos filhos, permitindo assim a realização dos seus projetos de vida”.⁴⁷

Nessa mesma linha de pensamento, Maria Helena Diniz⁴⁸ descreve que “o casamento é o vínculo jurídico entre homem e mulher que visa ao auxílio mútuo, material e espiritual, de modo que haja uma integração fisiopsíquica e a constituição de uma família legítima”.⁴⁹

Assim, caracteriza-se como casamento a união entre os nubentes que percorre todo um processo judicial solene com a finalidade de constituir uma família conforme as regras pertinentes ao matrimônio⁵⁰, destacando-se a fidelidade entre as partes, a reciprocidade na assistência e o respeito diário na relação, entre outros requisitos expostos no art 1.556 do Código Civil em vigência⁵¹.

Conforme enunciado no parágrafo 5º do art. 226 da atual Carta Magna, assevera-se a necessidade de igual cumprimento das regras de direitos e deveres entre os nubentes para consolidar uma sociedade conjugal.

Desse modo, pondera-se que houve inquietação do legislador a respeito do casamento, fazendo com que destinasse artigos exclusivos para formalizar, validar e desfazer esse modelo familiar. Entretanto, ao instituir normas legais para construir uma família por meio do casamento, o legislador não se manifestou acerca de sua definição, consistindo-se somente em

⁴⁶ BRASIL. *Código Civil 2002*. 53. ed. São Paulo: Saraiva: 2002.

⁴⁷ STOLZE, Pablo; PAMPLONA, Rodolfo, op. cit., p. 118-119.

⁴⁸ DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 33.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ WALD, Arnoldo. *Direito Civil*. Direito de Família. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 108-109.

⁵¹ BRASIL, op. cit.

aduzir os efeitos advindos desse matrimônio e suas imposições legais.⁵²

Dessa forma, as obrigações impostas no casamento encontram-se no art. 1.556 do Código Civil de 2002, que especifica as obrigações de ambos os cônjuges da seguinte maneira: “fidelidade recíproca; vida em comum, no domicílio conjugal; mútua assistência; sustento, guarda e educação dos filhos; respeito e consideração mútuos.”⁵³

Maria Berenice Dias, acerca do descumprimento das regras previstas na legislação, afirma que atinge o princípio da boa-fé objetiva, que, no caso, seria a esperança genuína que a parte deposita perante a outra. Por conseguinte, alega:

É o fundamento invocado nas ações de indenização por dano moral, que vem lotando os tribunais. De qualquer modo, as regras estabelecidas para vigorarem durante a vida em comum têm utilidade somente para fundamentar o pedido de indenização, ou seja, são invocáveis depois de findo o casamento. A identificação de culpas, se algum proveito traz, é só para auxiliar ao que se sentiu traído a elaborar o luto da separação.⁵⁴

Os deveres impostos para a preservação do casamento são de extrema importância, portanto, não há sequência nas regras estabelecidas pelo legislador. Nesse seguimento, Stolze e Pamplona aludem:

Não existe, nesse dispositivo, uma necessária ordem de prevalência lógica, nem muito menos, uma escala hierárquica de valores feita pelo legislador. Não podemos, também, simplesmente dizer que se trata de um rol exaustivo, pois, ainda que o afirmássemos, iríamos nos deparar com a largueza hermenêutica dos conceitos vagos aí consagrados, a exemplo do “respeito e consideração mútuos”, que nem era previsto na norma equivalente anterior, cujo espectro de alcance é inalcançável aprioristicamente.⁵⁵

Contudo, referente às imposições respectivas aos cônjuges, ressalta-se que é necessário todos os requisitos estarem presentes, sendo estes de igual importância no Direito da Família, para que assim os efeitos jurídicos possam ser efetivados com eficácia.

2.2.2 A união estável

Com a vigência da Constituição Federal de 1988, foi instaurada uma nova visão em

⁵² DIAS, Maria Berenice, op. cit., p. 154.

⁵³ BRASIL, op. cit.

⁵⁴ DIAS, Maria Berenice, op. cit., p. 169.

⁵⁵ STOLZE, Pablo; PAMPLONA, Rodolfo, op. cit., p. 287.

relação às famílias brasileiras. Isso em decorrência da busca constante de se alcançar maior igualdade e democracia entre os sexos opostos, principalmente pelo destaque da atuação da mulher na sociedade moderna. Por conseguinte, a definição tradicional de família sofreu alargamento e abriu espaço para a denominada união estável.⁵⁶

A cultura patriarcal que perdurou no Brasil censurou por muito tempo a mulher que mantinha ou saía de uma relação adulterina. Dessa maneira, os tribunais jurídicos acabaram apadrinhando o pensamento patriarcal predominante, rejeitando juridicamente a mulher que mantivesse relação concubinária. Por conseguinte, a mulher que praticava o adultério era proibida de entrar ou permanecer no âmbito trabalhista, da mesma maneira que não poderia obter direitos advindos posteriormente da relação conjugal, mesmo que esta tenha tido uma relação duradoura⁵⁷.

Após longo período de luta e de desigualdade em relação aos direitos da mulher, a justiça brasileira passou a dar espaço para o reconhecimento da união estável e a introduzi-la como um modelo de entidade familiar. Ampliou-se a definição de família, e o Estado passou a dar mais espaço e amparar novas modalidades familiares⁵⁸.

Nota-se que a união estável encontra-se há pouco tempo no ordenamento jurídico brasileiro, tanto consagrado na Carta Magna vigente quanto no Código Civil de 2002. Atualmente, a união estável está prevista no art. 226, § 3º, da atual Carta Magna brasileira⁵⁹, sendo recepcionada pelo Código Civil de 2002, com artigos exclusivos e regulamentada pelas Leis n. 9.278/1996 e n. 8.971/1994.

No vigente Código Civil brasileiro, a união estável é encontrada no art. 1.723, que assim dispõe: “É reconhecida como entidade familiar a união entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”⁶⁰; é também aplicada a nomenclatura de companheiro ou companheira para mencionar as partes que constituem a união estável, mitigando, desse modo, as denominações preconceituosas que eram adotadas anteriormente, tais como “adulterinos”,

⁵⁶ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Concubinato e União Estável*. 7. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 8.

⁵⁷ LÔBO, Paulo. *Direito Civil: famílias*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 169.

⁵⁸ DIAS, Maria Berenice, op. cit., p. 239.

⁵⁹ BRASIL, op. cit.

⁶⁰ BRASIL, op. cit.

“concubinos”, “relações extramatrimoniais” etc.⁶¹

Nesse diapasão, Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona esclarecem que a união estável é considerada “uma relação pública e duradoura entre duas pessoas, do mesmo sexo ou não, com o objetivo imediato de constituição de família”.⁶²

Já na concepção de Paulo Lôbo, o conceito de união estável está interligado com sua trajetória histórica:

A União Estável é a entidade familiar constituída por homem e mulher que convivem em posse de estado de casado, ou com aparência de casamento (more uxória). É um estado de fato que se converteu em relação jurídica em virtude de a Constituição e a lei atribuírem-lhe dignidade de entidade de familiar própria, com seus elencos de direitos e deveres.⁶³

Assim, embora já esteja expressamente definido o conceito de união estável na legislação brasileira, sua devida aplicação em casos reais é mais difícil, devido às características específicas que predominam em cada relação e aos diversos entendimentos acerca do assunto.

Conforme exposto no art. 1.723 do vigente Código Civil brasileiro, constata-se que há quatro componentes específicos que são de fundamental importância para a definição da união estável. Esses elementos que estão dispostos no referido artigo são: a estabilidade, a continuidade, a publicidade e o objetivo de constituição de família⁶⁴, sendo, desse modo, imprescindível a presença concomitante destes.

Em relação ao requisito da estabilidade que deve constar no vínculo do casal, é necessário que seja um vínculo de caráter duradouro, ou seja, com intuito de formar uma família. No caso da durabilidade, não tem um tempo necessário para configurar como estável, mas é necessário que a vontade das partes seja comprovada.

No que concerne à publicidade, é necessário que o relacionamento do casal seja notório perante a sociedade, não se exige que seja divulgado para todos, mas não deve ser mantido em segredo como se estivessem escondendo do meio social em que vivem. Dessa

⁶¹ Idem.

⁶² STOLZE, Pablo; PAMPLONA, Rodolfo, op. cit., p. 424.

⁶³ LÔBO, Paulo, op. cit., p. 168.

⁶⁴ BRASIL, op. cit.

forma, sendo um dos principais elementos que compõe a união estável, é de suma importância que o vínculo entre o casal seja visto como uma família⁶⁵.

Conforme ensina Maria Berenice:

“Apesar de a lei ter usado o vocábulo público como um dos requisitos para caracterizar a união estável, não se deve interpretá-lo no extremo de sua significação semântica. O que a lei exige é notoriedade. Há uma diferença de grau, uma vez que tudo que é público é notório, mas nem tudo que é notório é público. A publicidade denota a notoriedade da relação no meio social frequentado pelos companheiros, objetivando afastar da definição de entidade familiar relações menos compromissadas, nas quais os envolvidos não assumem perante a sociedade a condição de casados.”⁶⁶

Quanto à expressão continuidade, é um dos requisitos que complementa a estabilidade, esta presume que a união dos companheiros seja constante, ou seja, sem pausas e intercorrências. Entretanto, o requisito mencionado dependerá de evidências concretas, pois existem casos em que não poderá ser configurada a união estável, e sim o concubinato⁶⁷.

Salienta-se que o objetivo de constituição de família é o fundamental elemento previsto no art. 1.723 do Código Civil de 2002⁶⁸, dado que constituir uma entidade familiar é a principal finalidade prevista na união estável. Assim, verifica-se que a ausência desse elemento faz com que seja desvirtuado o conceito dado para a união estável, transformando-a em um suposto namoro⁶⁹.

Dessa forma, constata-se que a análise dos componentes necessários para oficializar judicialmente a união estável como um modelo familiar é de suma importância para o ordenamento jurídico, sendo necessária a comprovação de cada requisito.

Além dos elementos impostos para configuração da união estável, está previsto no art. 1.724 do Código Civil as obrigações de direitos e de deveres necessárias na relação da união estável, que são “lealdade, respeito e assistência, e de guarda, sustento e educação dos filhos”.⁷⁰

⁶⁵ DIAS, Maria Berenice, op. cit., p. 244.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil: Direito de Família*. São Paulo: Atlas, 2006. p. 59.

⁶⁸ BRASIL, op. cit.

⁶⁹ STOLZE, Pablo; PAMPLONA, Rodolfo, op. cit., p. 440.

⁷⁰ BRASIL, op. cit.

O autor Álvaro Villaça Azevedo interpreta que o dever da lealdade é um gênero em que a fidelidade está introduzida. Apesar disso, existem entendimentos divergentes relacionados a interpretações acerca do papel da lealdade.⁷¹ Assim, conveniente ao referido assunto da presente pesquisa, será abordado mais especificamente o dever da lealdade e da fidelidade recíproca no matrimônio, tendo em vista sua total ligação com a vigente pertinência temática.

2.2.3 Fidelidade e lealdade

As obrigações pertinentes à fidelidade têm caráter recíproco, sendo uma imposição disposta na norma com acepção moral e física. É declarada como um dispositivo juridicamente amparado, sendo assim conduzido a um dever legal subsequente do matrimônio e conforme uma parte da doutrina também da união estável.

Nota-se que os arts. 1.556 e 1.724, ambos encontrados no Código Civil de 2002, fazem menção à fidelidade e à lealdade recíproca das partes, relacionando a fidelidade ao casamento e a lealdade à união estável.

Ressalta-se que, juridicamente, na sociedade brasileira, o matrimônio está em uma posição superior em relação à união estável. Embora a união estável esteja aquém do casamento, não é qualquer união entre as partes. As duas modalidades de família aceitas perante o ordenamento jurídico devem obedecer rigorosamente às imposições legalmente expressas pelo legislador.

De acordo com o que já foi abordado, na união estável existe o dever da lealdade, não sendo necessária a imposição da fidelidade recíproca, como no caso do casamento. Sendo assim, é necessário fazer um esclarecimento acerca da diferença entre lealdade e fidelidade.

Segundo Rodrigo Cunha Pereira, o dever da fidelidade e lealdade são amparados pela monogamia⁷². Os significados das duas obrigações legais referentes ao matrimônio e à união estável possuem a mesma essência, contudo, o legislador não se ateve em fixar parâmetros de definição para diferenciar as finalidades de cada uma, causando interpretações diferentes na visão de diversos doutrinadores.

⁷¹ AZEVEDO, Álvaro Villaça. Estatuto de família de fato, Jurídica Brasileira: São Paulo, 2001, p.59

⁷² PEREIRA, Rodrigo da Cunha, op. cit., p. 31.

O momento excepcional para admissão da expressão “lealdade” em face da “fidelidade”, no caso, é a extensão na esfera jurídica, procurando um aspecto mais extenso, já que na união estável não predomina apenas o desejo sexual entre os companheiros, procurando também a integridade e o respeito na relação.⁷³

Nesse contexto, Arnaldo Wald narra que “ao determinar o encargo da lealdade entre os companheiros na união estável, o legislador similarmente instituiu o dever de fidelidade para os cônjuges. Em consequência, o papel lealdade, mesmo que mais extenso, atinge da mesma forma o dever de fidelidade”.⁷⁴

Assim, Álvaro Villaça Azevedo declara que:

Devemos mencionar o dever de lealdade recíproca, pois a lealdade é figura de caráter moral e jurídico independentemente de cogitar-se da fidelidade, cuja inobservância leva ao adultério, que é figura estranha ao concubinato. É certo que não existe adultério entre companheiros; todavia, devem ser eles leais. A lealdade é gênero de que a fidelidade é espécie [...]. Desse modo, a quebra do dever de lealdade, entre concubinos, implica injúria apta a motivar a separação de fato dos conviventes, dada a rescisão do contrato concubinário.⁷⁵

Portanto, para os respectivos autores, apesar de existir uma disparidade exclusivamente na terminologia, as relações advindas da união estável e do casamento devem ter a presença da fidelidade simultânea entre as partes, tendo em vista que é um dos principais requisitos para a efetivação da essência do princípio monogâmico.

Em confronto com esse pensamento, Maria Berenice entende que nas relações contempladas pela união estável não existe dever da fidelidade, já que na lei não há nenhuma especificação dessa obrigação, impondo o legislador de maneira inerente o dever de lealdade.⁷⁶

Nessa mesma vertente, Rodrigo da Cunha Pereira expõe que pelo fato de mencionar a lealdade, em vez de fidelidade, “o legislador deixou a entender que o dever da lealdade na união estável não se limita apenas no sentido sexual, mas envolve a transparência e

⁷³ SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Responsabilidade civil dos cônjuges. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA, Belo Horizonte, 2000. *Anais...* Belo Horizonte, 2000. p. 128.

⁷⁴ WALD, Arnaldo, op. cit., p. 400.

⁷⁵ AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Estatuto da Família de Fato*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 189.

⁷⁶ DIAS, Maria Berenice, op. cit., p. 186.

integridade recíproca dos companheiros”.⁷⁷

Assim, firma-se a ideia de que por não estar especificada a fidelidade como dever advindo da união estável, o papel da lealdade imposto pelo legislador ficou impreciso, deixando brecha para o reconhecimento da família paralela.

2.3 A UNIÃO ESTÁVEL PUTATIVA E SUA DISTINÇÃO COM O POLIAMOR E A POLIGAMIA

2.3.1 União estável putativa

A expressão putativa tem procedência latina, que significa algo falso, aparentar uma coisa e não ser de fato aquilo que demonstra, é aplicado para pessoas ou situações. No mundo jurídico, simboliza o caso que, embora não tenha legitimidade, devido à presença da boa-fé é supostamente legítimo, “*verbi gratia*” a união estável putativa.

Entende-se como união estável putativa a relação em que um dos companheiros não tem o conhecimento real acerca do atual estado civil de seu parceiro, ou seja, é o vínculo entre duas pessoas em que uma delas mantém dois relacionamentos ao mesmo tempo. Dessa forma, é notório que no relacionamento preexistente na união estável putativa um dos companheiros induz o outro ao erro, deixando subtendido que a parte enganada possui boa-fé na relação.

Segundo Rodrigo da Cunha Pereira, “a Monogamia por ser a base da família no ordenamento jurídico é inaceitável a constituição de uniões estáveis e casamentos concomitante”. Todavia, no caso da união estável putativa, em que há o desconhecimento de uma das partes acerca do verdadeiro estado civil de seu companheiro, os efeitos jurídicos dessa união devem ser os mesmos utilizados nas relações monogâmicas.⁷⁸

No entanto, sendo analisada que a companheira demonstra integridade e total desconhecimento acerca da outra relação de seu parceiro, parte da doutrina e da jurisprudência entende que se aplicam os efeitos relativos à união estável.⁷⁹

No que se refere à boa-fé objetiva, é exposto por Anderson Schreiber que o emprego desta em casos previstos no âmbito familiar está interligado aos deveres descritos nas normas,

⁷⁷ PEREIRA, Rodrigo da Cunha, op. cit., p. 32.

⁷⁸ Ibidem, p. 75.

⁷⁹ Idem, p. 76.

preceitos constitucionais e a um padrão de conduta que deve ser conduzido pelas partes. Já a boa-fé subjetiva está vinculada ao íntimo de cada pessoa, é algo que sucede no psíquico, tendo assim outra vertente na sua análise em caso concreto.⁸⁰

A despeito da objetividade da boa-fé, Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald ressaltam que “a boa-fé que viabiliza a união estável putativa pode ser a boa-fé objetiva, que não decorre da falta de conhecimento da parte, mas, sim, do comportamento que nela despertou a confiança”.⁸¹

É necessário mencionar que devido à indispensabilidade da boa-fé para obtenção da chancela jurídica na união estável putativa, os efeitos advindos dessa união não se aplicam ao concubinato impuro, em razão da má-fé presente nessa relação. Para compreender melhor a diferenciação do concubinato impuro e da união estável putativa, é preciso relatar, brevemente, o entendimento sobre o concubinato no Brasil.

De maneira sucinta, pode-se dizer que o concubinato obteve várias vertentes em relação ao seu critério de definição. Por muitos anos foi considerado uma relação em que o homem e/ou mulher estavam impedidos de consolidar um casamento, ou seja, inexistia a possibilidade de formalizar uma família. Logo após, foi apresentado por doutrinadores e pela jurisprudência que o concubinato poderia ser um vínculo de afeto que não possuía uma relação de matrimônio, nessa situação, abrangia casos em que as pessoas optavam pela união livre, e não por impossibilidade de solidificar a relação por meio do casamento.⁸²

Dessa forma, fica evidente que o conceito de concubinato passou por inúmeras transformações ao longo do tempo, tendo interpretações divergentes por doutrinadores e pela própria jurisprudência. Diante da falta de clareza referente à conceituação, Rodrigo da Cunha Pereira relata:

Há uma certa dificuldade para delinear o conceito de concubinato e não há, na verdade, um conceito preciso sobre ele. Mas a partir da ideia central de que é a convivência duradoura entre um homem e uma mulher sem

⁸⁰ SCHREIBER, Anderson. O princípio da boa-fé objetiva no Direito de Família. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). *Família e Dignidade Humana*. São Paulo: IOB Thomson, 2006. p. 142.

⁸¹ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Direito das Famílias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010. p. 455.

⁸² CAVALCANTI, Ana Elizabeth Lapa Wanderley. *O conceito de união estável e concubinato nos tribunais nacionais*. Disponível em : <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5910>. Acesso em: 15 mar. 2016.

casamento registrado, para usar a linguagem do ordenamento jurídico soviético, o Direito vem, através de sua história jurisprudencial, tentando clarear esse conceito. Hoje, por exemplo, o nosso texto constitucional já denomina o “antigo” concubinato de união estável, uma expressão que traduz, na atualidade, uma melhor ideia dessa instituição tão antiga e tão moderna.⁸³

Como mencionado acima, a partir da Constituição de 1988 a explicação pertinente ao concubinato obteve uma vertente mais esclarecedora, sendo feita uma distinção entre o concubinato puro, atualmente nominado por união estável, e o concubinato impuro, que seria a relação adúltera.⁸⁴

Em face das conceituações pertinentes, conforme o art. 1.727 do Código Civil em vigência, define-se essa relação como um “vínculo não casual entre as partes em que estas estão impedidas de casar”.

No entanto, frente à existência dessas situações, e perante os obstáculos de encarar esses casos, a doutrina perfaz o conceito de concubinato variando as formas de classificá-lo. Denominando as uniões incestuosas como união estável putativa quando presente a boa-fé e concubinato impuro relacionado à má-fé.

2.3.2 A poligamia

Define-se a poligamia como um vínculo conjugal do homem com mais de uma mulher, em suma, é uma relação em que se contrai uma vida dupla. No Brasil, equipara-se a poligamia com a bigamia, em razão da censura acerca da condução desse relacionamento. É definida como uma prática ilegal, sendo considerado crime previsto no art. 235 Código Penal brasileiro e causando nulidade caso comprovada a anuência do casamento (art. 1548, II e art. 1521, VI, do Código Civil de 2002).⁸⁵

Considera-se a poligamia o oposto da monogamia, não sendo associada com o concubinato adúltero, já que existe o consentimento entre todos os partícipes da relação.

A poligamia, por sua vez, embora rejeitada por várias culturas, é uma união que para muitos tem relação até de cunho religioso. Em países como, por exemplo, o Islã, é um modelo

⁸³ PEREIRA, Rodrigo da Cunha, op. cit., p. 28.

⁸⁴ Ibidem.

⁸⁵ DIAS, Maria Berenice. *Adulterio, bigamia e união estável: realidade e responsabilidade*. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/9522-9521-1-PB.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

familiar em que o homem pode casar com um número máximo de quatro parceiras, sendo necessário que este parceiro trate todas as suas mulheres com o mesmo cuidado e atenção.

Contudo, embora não seja aceita no Brasil, a poligamia é uma situação que de fato existe e acaba sendo omissa devido às sanções previstas no âmbito penal, civil e a decisões prolatadas no STF, que relata como única base familiar brasileira a união monogâmica.

2.3.3 O poliamor

A relação poliamorista é reconhecida como uma união em que não se segue nenhum modelo tradicional, sua composição é ilimitada, sendo o principal fator a afetividade entre os partícipes dessa relação e o respeito mútuo. No caso, ela se difere da poligamia e do concubinato em razão do tratamento igualitário de amor e afeto entre os membros dessa relação, vivendo de comum acordo e respeitando as necessidades de cada companheiro.⁸⁶

O poliamor é considerado uma espécie advinda da poliafetividade, ou seja, a possibilidade de amar mais de uma pessoa é consolidada por meio do poliamorismo.

Dessa maneira, nota-se que no caso do poliamor existe uma alteração na forma de conduzir os vínculos amorosos, saindo do padrão adotado pela sociedade e inovando o pensamento acerca do conceito de afeto. Há que se destacar, ainda, que um dos principais intuitos dessa união é romper regras patriarcais predominantes na sociedade.⁸⁷

Maria Berenice define como poliafetividade “o vínculo de convivência entre mais de duas pessoas que acontece sob o mesmo teto, não sendo caracterizado como uma união paralela, mas união poliamor. Sendo uma realidade presente nos dias atuais e que muitos procuram não reconhecer.”⁸⁸

Com base na narrativa apresentada acerca do poliafeto, o doutrinador Pablo Stolze define que “há possibilidade de se coexistirem duas ou mais relações afetivas paralelas, em que os seus partícipes conhecem e aceitam uns aos outros, em uma relação múltipla e

⁸⁶ BUCHE, Giancarlos. *Famílias Simultâneas: o poliamor no sistema jurídico brasileiro*. 2011. Disponível em: <<http://revista.oabjoinville.org.br/artigos/Microsoft-Word---Familias-simultaneas---Giancarlo-Buche---2011-06-17.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

⁸⁷ DIAS, Maria Berenice, op. cit., p. 138.

⁸⁸ Idem.

aberta.”⁸⁹

A ideologia do poliamorismo, como descrito em uma reportagem da revista *Galileu* no ano de 2007, seria o acolhimento de que existem múltiplas formas de amar e não necessariamente só uma pessoa, aprendendo assim a lidar com sensações providas na maioria dos relacionamentos como a posse e o ciúme.⁹⁰

Apesar de ainda não aceita por grande parte da sociedade como uma entidade familiar, é importante mencionar um dos primeiros casos dessa vertente, publicado no ano de 2012, em Tupã, cidade localizada em São Paulo, sendo na época alvo de inúmeras críticas e discussões no ordenamento jurídico brasileiro. O caso mencionado faz referência a um cidadão que declarou em escritura pública o seu relacionamento de afeto com duas mulheres, estabelecendo o regime adotado pela comunhão parcial de bens, definindo, inclusive, a pessoa que no caso iria gerenciar os bens.

Diante da situação exposta, e pelos critérios adotados para definição de família, o caso não obteve aprovação no meio jurídico, ou seja, a suposta escritura pública não foi considerada no âmbito civil.

Consoante com o que já foi mencionado anteriormente acerca do papel da fidelidade em nosso ordenamento jurídico, “compreende-se que por ser um atributo essencial para ser configurada uma união como um modelo familiar, é um trabalho árduo inserir esse papel do indivíduo no fenômeno conhecido como poliamorismo”.⁹¹

Embora a regra geral especifique a fidelidade como um dever legal, a poliafetividade é uma realidade prevista no mundo dos fatos e tem sido alvo de análise pelos doutrinantes especializados na área de família, que procuram apaziguar, com intuito de preponderar a opção de escolha do indivíduo em relação à imposição da fidelidade.⁹²

Assim, mesmo que haja muitas divergências na jurisprudência acerca do assunto, não se pode negar que apesar da regra imposta ser a monogamia, existem situações em que a vontade do indivíduo vai além do que é atribuído na sociedade, o que, por conseguinte, gera

⁸⁹ STOLZE, Pablo Stolze, op. cit.

⁹⁰ COLAVITTI, Fernanda. *O fim da monogamia?* Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Galileu/0,,EDG79268-7855-195,00-O+FIM+DA+MONOGAMIA.html>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

⁹¹ STOLZE, Pablo; PAMPLONA, Rodolfo, op. cit., p. 459.

⁹² Ibidem, p. 460.

situações em que o dever da fidelidade é atenuado.⁹³

⁹³ STOLZE, Pablo, op. cit.

3 POSICIONAMENTOS JURISDICIONAIS SOBRE O RECONHECIMENTO DA FAMÍLIA PARALELA E SEUS FUNDAMENTOS

Como foi demonstrado anteriormente, o arranjo familiar paralelo é rejeitado por grande parte da sociedade, tendo diferentes colocações jurisprudenciais e doutrinárias a respeito da aceitação desse reconhecimento no ordenamento jurídico.

O presente capítulo fará uma análise dos obstáculos recorrentes do reconhecimento da família paralela no ordenamento jurídico brasileiro. O principal intuito é demonstrar a omissão do legislador frente às uniões que advêm das famílias simultâneas. Assim, serão abordados os posicionamentos referentes a esse reconhecimento e o entendimento majoritário neste contexto.

3.1 FAMÍLIA PARALELA E POSICIONAMENTOS DOUTRINÁRIOS E JURISPRUDENCIAIS A RESPEITO DESSA CONCEPÇÃO FAMILIAR

Para acompanhar as mudanças no Direito da Família, a legislação deve conciliar as normas com as transformações sociais, sendo fundamental a cooperação do magistrado esclarecendo os preceitos legais em conformidade com o que é de necessário na sociedade frente à justiça.

No tocante à família simultânea, é sabido que esse modelo refere-se a entidades familiares coexistentes, em que há entre eles um integrante partilhado. Em relação ao seu reconhecimento na esfera jurídica, existe uma grande controvérsia a respeito, sendo previstas três correntes doutrinárias que se posicionam diante desse assunto.⁹⁴

A primeira corrente tem caráter conservador, desconsidera a existência da simultaneidade familiar e tem como fundamento que esse modelo colide com o princípio da monogamia e o dever da lealdade na sociedade brasileira. Sendo essa colocação adotada pela autora Maria Helena Diniz, que menciona que embora seja omissa o dever da fidelidade na união estável, deve ser presumido entre os partícipes esse encargo.⁹⁵

⁹⁴ SOALHEIRO, Luiza Helena Messias. *Família paralela: uma análise à luz do pluralismo familiar*. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13308&revista_caderno=14>. Acesso em: 30 mar. 2016.

⁹⁵ DINIZ, Maria Helena, op. cit., p. 374.

Em outras palavras, Maria Helena Diniz relata:

[...] o fato de a mulher receber outro homem, ou outros homens, ou vice-versa, indica que entre os amantes não há união vinculatória nem, portanto, companheirismo, que pressupõe ligação estável e honesta. Impossível será a existência de duas sociedades de fato simultâneas, configuradas como união estável [...]. Não havendo fidelidade, nem relação monogâmica, o relacionamento passará à condição de ‘amizade colorida’, sem o status de união estável [...]. Será, portanto, imprescindível a unicidade de ‘amante’, similarmente ao enlace matrimonial, pois, por ex., a união de um homem com duas ou mais mulheres faz desaparecer o ‘valor’ de ambas ou de uma das relações, tornando difícil saber qual a lesada.⁹⁶

O entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) segue essa corrente conservadora, negando a possibilidade de manter uma união estável em concomitância com uma relação matrimonial.

Em concordância com a situação exposta, em julgado recente do Superior Tribunal de Justiça, o relator Raul Araújo decidiu:

DIREITO DE FAMÍLIA E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL. HOMEM CASADO. OCORRÊNCIA DE CONCUBINATO. SEPARAÇÃO DE FATO NÃO PROVADA. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. A jurisprudência do STJ e do STF é sólida em não reconhecer como união estável a relação concubinária não eventual, simultânea ao casamento, quando não estiver provada a separação de fato ou de direito do parceiro casado. 2. O Tribunal de origem estabeleceu que o relacionamento entre a autora e o de cujus configura concubinato, uma vez que, conforme consignado no v. acórdão recorrido, as provas documental e testemunhal presentes nos autos não corroboram a versão de que o falecido estava separado de fato no período do alegado relacionamento. 3. A inversão do entendimento firmado nas instâncias ordinárias, na forma pleiteada pela agravante, demandaria o reexame de provas, o que é defeso em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ. 4. Agravo regimental não provido.⁹⁷

É conveniente mencionar outra decisão desfavorável do STJ, que fomenta que o dever da fidelidade está inerente ao da lealdade entre os companheiros na união estável.

DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. FAMÍLIA. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL. RELAÇÃO CONCOMITANTE. DEVER DE FIDELIDADE. INTENÇÃO DE

⁹⁶ Idem, p. 374-375.

⁹⁷ Disponível em: < <https://goo.gl/99IEy5> >. Acesso em: 31 mar. 2016.

CONSTITUIR FAMÍLIA. AUSÊNCIA. ARTIGOS ANALISADOS: ARTS. 1º e 2º da Lei 9.278/96. 1. Ação de reconhecimento de união estável, ajuizada em 20.03.2009. Recurso especial concluso ao Gabinete em 25.04.2012. 2. Discussão **relativa ao reconhecimento de união estável quando não observado o dever de fidelidade pelo de cujus, que mantinha outro relacionamento estável com terceira.** 3. **Embora não seja expressamente referida na legislação pertinente, como requisito para configuração da união estável, a fidelidade está ínsita ao próprio dever de respeito e lealdade entre os companheiros.** 4. A análise dos requisitos para configuração da união estável deve centrar-se na conjunção de fatores presente em cada hipótese, como a affectio societatis familiar, a participação de esforços, a posse do estado de casado, a continuidade da união, e também a fidelidade. 5. Uma sociedade que apresenta como elemento estrutural a monogamia não pode atenuar o dever de fidelidade – que integra o conceito de lealdade e respeito mútuo – para o fim de inserir no âmbito do Direito de Família relações afetivas paralelas e, por consequência, desleais, sem descuidar que o núcleo familiar contemporâneo tem como escopo a busca da realização de seus integrantes, vale dizer, a busca da felicidade. 6. Ao analisar as lides que apresentam paralelismo afetivo, deve o juiz, atento às peculiaridades multifacetadas apresentadas em cada caso, decidir com base na dignidade da pessoa humana, na solidariedade, na afetividade, na busca da felicidade, na liberdade, na igualdade, bem assim, com redobrada atenção ao primado da monogamia, com os pés fincados no princípio da eticidade. 7. Na hipótese, a recorrente não logrou êxito em demonstrar, nos termos da legislação vigente, a existência da união estável com o recorrido, podendo, no entanto, pleitear, em processo próprio, o reconhecimento de uma eventual uma sociedade de fato entre eles. 8. Recurso especial desprovido.⁹⁸

No que concerne aos posicionamentos desfavoráveis acerca do reconhecimento da simultaneidade familiar, constata-se que o principal fator que desconsidera esse arranjo familiar é a monogamia, que muitos posicionam como um princípio, impossibilitando, dessa forma, o reconhecimento das famílias simultâneas.⁹⁹

Apesar da vertente conduzida pelo STJ em não reconhecer as uniões paralelas, o ministro Marco Aurélio Viana aduz o seguinte:

Os motivos que justificam a solução no campo do direito matrimonial inspiram a união estável. A tutela do convivente de boa-fé é imperativo que não pode ser abandonado. [...] Obviamente, o que determina a putatividade é a ignorância no momento em que se estabelece a união. É possível que haja até mesmo um contrato escrito. Sua ausência, contudo, não afasta o direito do convivente de boa-fé, embora seja dele o ônus da prova. Se vem a saber da realidade tempos depois, nem por isso ficam prejudicados os efeitos que lhe sejam favoráveis. [...] É bem verdade que não pode ser prejudicada a esposa, porque o casamento existe. Por isso mesmo na partilha dos bens não

⁹⁸ Disponível em: <<https://goo.gl/bPdx5r>>. Acesso em: 1º de abril de 2016.

⁹⁹ LÔBO, Paulo, op. cit., p. 49.

de ser respeitados os direitos em função do regime patrimonial de bens, inclusive no campo sucessório.¹⁰⁰

Nesse seguimento, o autor Carlos Eduardo Pianowski Ruzyk expõe:

O dever de fidelidade inerente ao casamento pode ser lido à luz do princípio da boa-fé objetiva, não se resumindo a uma proibição absoluta de relacionamentos sexuais extraconjugais. Pode ser sustentável, até mesmo, que não há violação do dever de fidelidade, decorrente de boa-fé, quando os cônjuges mantêm, de comum acordo, um “casamento aberto”. Daí emergir, inclusive, dessa leitura do dever de fidelidade, a viabilidade das relações de simultaneidade, de conjugalidades não clandestinas, constituírem famílias simultâneas, desde que permeadas pelo atendimento recíproco, entre todos os componentes, do princípio da boa-fé objetiva.¹⁰¹

É analisado nessas circunstâncias que, apesar da importância do papel da monogamia no âmbito familiar, o legislador não pode negar que existem vários princípios que direcionam o Direito da Família. Sendo assim, para os que aprovam a segunda corrente a respeito do reconhecimento da família paralela, a monogamia não é preponderante sobre os princípios familiares, pois devido à peculiaridade presente em cada relação não se pode aplicar uma única regra.

Por essa razão, é defendido pelo segundo entendimento que a união estável putativa, embora não seja advinda de uma relação monogâmica, merece reconhecimento jurídico devido à comprovação de a boa-fé retirar o caráter ilícito da união contraída. Afinal, o agente que conduz seu relacionamento de boa-fé e presume que seu companheiro é leal, deve ser protegido pelo princípio da dignidade humana.

As seguintes decisões dos Tribunais de Justiça de São Paulo, Brasília e Rio Grande do Sul declaram seu reconhecimento acerca da união estável putativa:

Apelação. UNIÃO ESTÁVEL - Reconhecimento - Provas que permitem concluir pela notoriedade e publicidade do relacionamento, bem como a vontade de constituição de família - Reconhecimento - Impugnação - Desacolhimento - Admissibilidade ainda que o relacionamento tenha ocorrido em concomitância a outro, também reconhecido por sentença - Boa-fé da contraente que ignorava a continuidade do anterior relacionamento - Configuração da união estável putativa que se caracteriza quando uma das partes se encontra em total estado de ignorância com relação a um outro relacionamento que o seu parceiro está envolvido -

¹⁰⁰ VIANA, Marco Aurélio. *Da união estável*. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 91.

¹⁰¹ RUZYK, Carlos Eduardo Pianowski, op. cit, p. 192.

Acredita-se viver com uma pessoa livre - Impossibilidade de se penalizar o contraente de boa-fé - Reconhecimento mantido - Recurso improvido.¹⁰²

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE UNIÃO ESTÁVEL. AUSÊNCIA DE PROVA DE CONVIVÊNCIA PÚBLICA E INTUITO DE CONSTITUIR ENTIDADE FAMILIAR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. PROVA TESTEMUNHAL. IMPUGNAÇÃO INTEMPESTIVA. ART. 414 DO CPC. DUPLA E PARALELA CONVIVÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. UNIÃO ESTÁVEL PUTATIVA. NÃO CONFIGURAÇÃO. 1. Nos termos do artigo 1.723 do Código Civil, “É reconhecida como entidade familiar a união estável entre homem e mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com objetivo de constituição de família”. 2. Não se desincumbindo a parte autora de comprovar a convivência pública, contínua e duradoura, estabelecida com objetivo de constituição de família, não há como ser reconhecida a existência de união estável. 3. O artigo 414 do Código de processo Civil estabelece que a testemunha deverá ser qualificada anteriormente ao início do depoimento e, caso haja interesse, poderá a parte argüir o impedimento, a incapacidade ou, ainda, a suspeição. 4. Verificado que a parte autora deixou de contraditar as testemunhas arroladas pelo réu no momento imediatamente anterior ao início do depoimento, tem-se por incabível o questionamento acerca da idoneidade da prova testemunhal colhida, eis que configurada a preclusão. 5. O ordenamento jurídico proíbe a dupla e paralela convivência (art. 1521, CC/2002), sendo, excepcionalmente, reconhecida a união estável putativa quando um convivente, de boa-fé, não sabe da existência de algum impedimento matrimonial do outro, o que não se verificou no caso sub examine. 6. Apelação Cível conhecida e não provida.¹⁰³

UNIÃO ESTÁVEL. PEDIDO DE ALIMENTOS. RELACIONAMENTO PARALELO AO CASAMENTO. DESCABIMENTO. 1. A monogamia constitui princípio que informa o direito matrimonial, não se podendo reconhecer a constituição de uma união estável quando a pessoa for casada e mantiver vida conjugal com a esposa. 2. Em regra, o relacionamento adulterino não tem o condão de constituir união estável, configurando mero concubinato ex vi do art. 1.727 CCB. 3. A união estável assemelha-se a um casamento de fato e indica uma comunhão de vida e de interesses, reclamando não apenas publicidade e estabilidade, mas, sobretudo, um nítido caráter familiar, evidenciado pela affectio maritalis. 4. Se o relacionamento paralelo ao casamento perdurou até o falecimento do varão e se assemelhou, em tudo, a um casamento de fato, com coabitação, comunhão de vida e de interesses, e resta indubitosa a affectio maritalis, é possível reconhecer a união estável putativa, pois ficou demonstrado que a autora não sabia do relacionamento do varão com a esposa, de quem supunha que ele estivesse separado há muitos anos. Recurso desprovido.¹⁰⁴

Conforme apontado nos julgados dos Tribunais de Justiça, a união estável putativa ocorre quando comprovada a boa-fé do membro que desconhecia outra relação familiar de seu

¹⁰² BRASIL. SÃO PAULO. Tribunal de Justiça de São Paulo. Apelação Cível nº 990102372308, Relator: James Alberto Siano, 5ª Câmara de Direito Privado, São Paulo, 24 de novembro de 2010.v.u

¹⁰³ Disponível em: <<http://goo.gl/VcPA6E>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

¹⁰⁴ Disponível em: <<http://goo.gl/vxSRy2>>. Acesso em :31 mar. 2016.

companheiro. Assim, a segunda corrente baseia-se nos posicionamentos que defendem a existência da união estável putativa, a qual não ampara a simultaneidade familiar propriamente dita.

No que se refere à terceira corrente, o pensamento que prevalece diante das famílias simultâneas é que, independentemente das formas que forem conduzidas essas uniões, o Estado deve reconhecê-las, ou seja, menosprezando o valor da monogamia e o dever de fidelidade como supostas exigências para a constituição da união estável.

Contudo, no terceiro posicionamento, predomina uma visão mais moderna em relação à boa-fé. Para os doutrinadores que adotam essa corrente, a união paralela deve ser aceita independentemente da presença má-fé, sendo uma forma mais justa de conduzir essa situação.¹⁰⁵ Para Maria Berenice, que é a protetora dessa corrente, a imposição da fidelidade deveria ser extinta, deixando livre a forma de condução dessa união. Nesse contexto, ela alude que “é necessário a exigência dos deveres relativos à entidade familiar a quem assume uma união afetiva, independentemente de manter outra relação”.¹⁰⁶

Examinada a colocação das decisões favoráveis a esse entendimento, afere-se que nas situações em que se caracteriza a simultaneidade entre dois núcleos familiares, quais sejam, um casamento em paralelo a uma união estável ou uma união estável concomitante a outra; grande parte dos Tribunais, em especial os Federais, tem sentenciado pela divisão dos bens do falecido entre as duas entidades familiares das quais tenha participado paralelamente.

Nesse diapasão, é previsto em alguns julgados, como o do Tribunal Federal da 4ª Região e Tribunais de Justiça do Rio Grande do Sul, decisões favoráveis ao reconhecimento da união paralela:

EMENTA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE DEPENDENTE. CASAMENTO E UNIÃO ESTÁVEL SIMULTÂNEOS. COMPROVAÇÃO DA MANUTENÇÃO DE DUAS FAMÍLIAS SIMULTANEAMENTE PELO SEGURADO. CONCESSÃO DE PENSÃO PARA A ESPOSA E A COMPANHEIRA. POSSIBILIDADE.1. Os elementos de prova dos autos indicam que o segurado instituidor da pensão manteve simultaneamente duas famílias, uma decorrente de casamento e outra de união estável, por mais de vinte anos, que as famílias tinham conhecimento da existência uma da outra e que se aceitavam mutuamente pelo afeto que nutriam pelo segurado.2. O conjunto probatório demonstra, ainda, que a união estável foi mantida desde 1980,

¹⁰⁵ DIAS, Maria Berenice, op. cit.

¹⁰⁶ Idem, p. 138.

antes mesmo do casamento realizado somente em 1984, e que não se trata de relação clandestina e oculta, mas pública e tolerada pelas famílias envolvidas por mais de duas décadas.³ Nessas condições, não é possível argumentar que o ordenamento jurídico refuta a possibilidade de reconhecer uma união estável paralela ao casamento, pois, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 132, a Constituição Federal adota um modelo pluralista de família.⁴ Recurso da companheira provido, para determinar o desdobramento do benefício de pensão por morte.¹⁰⁷

APELAÇÃO CÍVEL. UNIÃO ESTÁVEL. SENTENÇA QUE DECLARA, CONJUNTAMENTE, A UNIÃO ESTÁVEL DO FALECIDO COM S. E COM L. EXISTÊNCIA DE FILHO COM AMBAS. Destacada a limitação da revisão da sentença trazida a este Tribunal, estando o julgamento adstrito à existência ou não de elementos de união estável entre o falecido e a apelada L.R., porquanto a mesma sentença declara a existência de união estável entre ele e a apelante e entre ele e a apelada, em período paralelo, não há dúvida pela prova produzida que o falecido teve com a recorrida relação afetiva de natureza pública, continuada, duradoura e com o objetivo de constituição de família, da qual resultou o nascimento de um filho. Circunstância em que, em caráter absolutamente excepcional, são admitidas duas uniões estáveis simultâneas. NEGARAM PROVIMENTO ÀS APELAÇÕES.¹⁰⁸

APELAÇÃO. UNIÃO ESTÁVEL PARALELA AO CASAMENTO. RECONHECIMENTO. PARTILHA. “TRIAÇÃO”. ALIMENTOS PARA EX-COMPANHEIRA E PARA O FILHO COMUM. Viável reconhecer união estável paralela ao casamento. Precedentes jurisprudenciais. Caso em que restou cabalmente demonstrada a existência de união estável entre as partes, consubstanciada em contrato particular assinado pelos companheiros e por 03 testemunhas; e ratificada pela existência de filho comum, por inúmeras fotografias do casal junto ao longo dos anos, por bilhetes e mensagens trocadas, por existência de patrimônio e conta-bancária conjunta, tudo a demonstrar relação pública, contínua e duradoura, com claro e inequívoco intento de constituir família e vida em comum. Reconhecimento de união dúplice que impõe partilha de bens na forma de “triação”, em sede de liquidação de sentença, com a participação obrigatória da esposa formal. Precedentes jurisprudenciais. Ex-companheira que está afastada há muitos anos do mercado de trabalho, e que tem evidente dependência econômica, inclusive com reconhecimento expresso disso no contrato particular de união estável firmado entre as partes. De rigor a fixação de alimentos em prol dela. Adequado o valor fixado a título de alimentos em prol do filho comum, porquanto não comprovada a alegada impossibilidade econômica do alimentante, que inclusive apresenta evidentes sinais exteriores de riqueza.¹⁰⁹

No que tange aos direitos sucessórios, em situação que ocorre óbito do partícipe que integra simultaneamente duas famílias, não deve prevalecer a divisão apenas entre a esposa e os filhos, a quota parte pertinente ao patrimônio obtido no decorrer da segunda relação será

¹⁰⁷ Disponível em: <<http://goo.gl/2Ld2I9>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

¹⁰⁸ Disponível em: <<http://goo.gl/IALJCJ>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

¹⁰⁹ Disponível em: <<http://goo.gl/hRUY2c>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

dividida entre a viúva, a companheira e os herdeiros legítimos.

Por último, o reconhecimento das famílias simultâneas, inobstante a boa ou má-fé, é uma tarefa complexa a ser transposta, isso considerando o conceito tradicional de família. Nesse contexto, as relações paralelas permanecem com o tratamento de sociedade de fato, ou seja, sem a chancela jurídica das varas de família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após meticulosa avaliação da tese apresentada, conclui-se que a corporação familiar vem de maneira gradativa e veloz passando por inúmeras mudanças e, perante uma inovação na definição conceitual de família, forma-se um novo enredo principiológico, em que se concede ao afeto determinada relevância jurídica.

Constata-se, dessa forma, que o novo conceito de família vem se estendendo de acordo com os hábitos e princípios que vão se transformando. Em decorrência dessa observação, a família hodierna defende outros valores que outrora não eram ressaltados, extrapolando, por conseguinte, os conceitos clássicos referentes à monogamia e ao casamento.

Assim, inicialmente, foram elencadas as transformações ocorridas no âmbito familiar e os seus reflexos. Nesse sentido, em face do destaque que é dado ao afeto na entidade familiar, foi observado que houve nova condução do indivíduo nas escolhas de seus relacionamentos, rendendo ensejo para o surgimento de novos arranjos familiares que necessitam cada vez mais de legitimidade jurídica para solucionar conflitos e obter proteção na seara do Direito da Família.

É visto também que a aceitação e o reconhecimento das novas modalidades familiares, em especial, das famílias simultâneas, estão repercutindo sobremaneira no âmbito jurídico, demonstrando, dessa forma, a importância do seu reconhecimento para evitar os conflitos jurídicos oriundos dessa nova formação. Urge que sejam flexibilizados os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais sobre a matéria em pauta, visando, dessa forma, a uma vida mais digna e justa para os membros dessa relação afetiva.

Em conexão com o reconhecimento das novas modalidades familiares, foi abordada uma análise acerca dos princípios que amparam a família brasileira, podendo aqui ser salientado o princípio da afetividade, devido a seu alcance no Direito da Família, pois muitos arranjos familiares que antes não eram legítimos perante o Poder Judiciário passaram a ter força e respaldo legal.

Nesse diapasão, graças ao entendimento de que o afeto é a base para se constituir uma família, o legislador pátrio logrou alterar substancialmente o conceito de casamento e abriu espaço para o surgimento de novas unidades familiares. Devido às transformações legislativas

sobre o assunto, surgiram dúvidas acirradas e variadas sobre a matéria em debate, principalmente sobre o papel da monogamia e da fidelidade no âmbito familiar.

No segundo capítulo, foi demonstrada a relevância da monogamia na relação familiar e sua repercussão no ordenamento jurídico, restando expostos os pensamentos dos doutrinadores que acreditam que a monogamia deve ser considerada como um princípio, bem assim, o entendimento daqueles que relatam que aquela deve ser somente uma regra. No mais, foi discorrido sobre o casamento e a união estável, fazendo-se uma comparação dos seus deveres legais referentes à fidelidade e à lealdade. Tendo como base a omissão legislativa frente à definição desses deveres, foram dadas diferentes conotações ao assunto em questão, abrindo ensejo para o reconhecimento da denominada família paralela.

Noutro passo, foi especificado o conceito da união estável putativa, com ênfase na boa-fé. Foi exposta também a importância do seu reconhecimento, pois devido à presença da boa-fé, é inegável que tal união deve ser amparada pelo Estado. Posteriormente, foi feita uma distinção referente à união estável putativa com relação ao concubinato impuro. No caso, o principal fator que diferencia essas duas relações é a má-fé presente na união adulterina (concubinato impuro).

No fim do segundo capítulo, foram expostas as diferentes vertentes advindas das relações múltiplas, ou seja, foi feita uma apreciação referente ao poliamor e à poligamia. Nesse tópico, relatou-se a base histórica dessas supostas modalidades familiares e seus diferenciais, fazendo também menção ao afeto presente nessas entidades.

Por fim, foram apresentados no último capítulo os entendimentos jurisdicionais sobre o reconhecimento das famílias paralelas, trazendo à luz as diferentes correntes que se posicionam sobre o assunto. Nota-se que na primeira corrente predomina um pensamento mais conservador, trazendo um posicionamento mais ríspido, dando ênfase ao princípio da monogamia e ignorando a presença da boa-fé. Já na segunda corrente, foi valorizada a presença da boa-fé, admitindo, assim, a efetivação dos efeitos jurídicos na união estável putativa, todavia, referida corrente não reconhece as famílias simultâneas em razão da inobservância referente à monogamia e da fidelidade. Diferentemente das outras correntes mencionadas, o terceiro posicionamento adota postura liberal, reconhecendo as famílias paralelas; para essa corrente não há necessidade da fidelidade como dever legal nas relações familiares.

Dessa forma, em razão dos entendimentos expostos, concluiu-se que existem vários obstáculos para se conceder e validar o reconhecimento jurídico das famílias simultâneas, pois tal arranjo enfrenta calorosos debates atinentes aos deveres legais e morais que giram em torno do complexo assunto. Isto posto, devido a peculiaridade dos casos, cada um deve ser analisado minuciosamente, não podendo ser desprezadas as situações fáticas recorrentes, devendo, sobretudo, ser observados de forma inequívoca e prevalente os princípios constitucionais que regem a matéria aqui discutida, máxime no que tange aos direitos e garantias preconizados na lei e em nossa Carta Maior.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Estatuto da Família de Fato*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Último acesso em: 09 abr. 2016

_____. *Código Civil 2002*. 53. ed. São Paulo: Saraiva: 2002.

BUCHÉ, Giancarlos. *Famílias Simultâneas: o poliamor no sistema jurídico brasileiro*. 2011. Disponível em: <<http://revista.oabjoinville.org.br/artigos/Microsoft-Word---Familias-simultaneas---Giancarlo-Buche---2011-06-17.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

CAVALCANTI, Ana Elizabeth Lapa Wanderley. *O conceito de união estável e concubinato nos tribunais nacionais*. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5910>. Acesso em: 15 mar. 2016.

COLAVITTI, Fernanda. *O fim da monogamia?* Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Galileu/0,,EDG79268-7855-195,00-O+FIM+DA+MONOGAMIA.html>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____. *Manual de Direito das Famílias*. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2015.

_____. *Adultério, bigamia e união estável: realidade e responsabilidade*. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/9522-9521-1-PB.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. *Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito de Família*. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Direito das Famílias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA/IBDFAM. *Decisão reconhece a família simultânea*. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/4995/novosite>>. Acesso em: 13 set. 2015.

_____. *Monogamia, desejo e famílias paralelas*. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/4989/novosite>>. Acesso em: 24 out. 2015.

LÔBO, Paulo. *Direito Civil: famílias*. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. *Direito Civil: famílias*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MATOS, Ana Carla Harmatiuk. *As Famílias não Fundadas no Casamento e a Condição Feminina*. Rio de Janeiro: Reovar, 2000.

NICODEMOS, Erika. *Direito de família contemporâneo: conceito de família e nova filiação*. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/26392/direito-de-familia-contemporaneo>>. Acesso em: 23 maio 2015.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Direito de família e o novo Código Civil*. Belo Horizonte: Del Rey/IBDFAM, 2002.

_____. *Concubinato e União Estável*. 7. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

_____. *Estatuto da Família legítima novas formações familiares*. 2007. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2007-nov-22/estatuto_familia_legitima_novas_formacoes_familiares>. Acesso em: 06 out. 2015.

_____. *Direito de Família: uma abordagem psicanalítica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

_____. *Princípios Fundamentais Norteadores do Direito de Família*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. *Famílias Simultâneas: da Unidade Codificada à Pluralidade Constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

SANCHES, Salua Scholz. *Filiação socioafetiva: conceito, jurisprudência e previsão legal*. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/31489/filiacao-socioafetiva>>. Acesso em: 06 out. 2015.

SCHREIBER, Anderson. O princípio da boa-fé objetiva no Direito de Família. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). *Família e Dignidade Humana*. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Responsabilidade civil dos cônjuges. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA, Belo Horizonte, 2000. *Anais...* Belo Horizonte, 2000. p. 128.

SOALHEIRO, Luiza Helena Messias. *Família paralela: uma análise à luz do pluralismo familiar*. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13308&revista_demo=14>. Acesso em: 30 mar. 2016.

STOLZE, Pablo. *Direitos da(o) amante*. Na teoria e na prática (dos tribunais). 2008. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/11500/direitos-da-o-amante>>. Acesso em: 15 out. 2015.

STOLZE, Pablo; PAMPLONA, Rodolfo. *Novo Curso de Direito Civil*. Direito de Família: as famílias em perspectiva constitucional. São Paulo: Editora Saraiva, 2011. v. 6.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL/STF. *Supremo reconhece união homoafetiva*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931>>. Acesso em: 22 maio 2015.

TANNURI, Claudia Aoun. *As Famílias Paralelas e a Teoria do Poliamor*. Disponível em: <<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/41/Documentos/ARTIGO%20POLIAMOR.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2015.

TARTUCE, Flávio. *O princípio da afetividade no direito de família*. Breves considerações. 2012. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/detalhe/859>>. Acesso em: 12 out. 2015.

TEPENDINO, Gustavo. *Temas de Direito Civil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil: Direito de Família*. São Paulo: Atlas, 2006.

VIANA, Marco Aurélio. *Da união estável*. São Paulo: Saraiva, 1999.

WALD, Arnaldo. *Direito Civil*. Direito de Família. São Paulo: Saraiva, 2013.